

**Visões teóricas sobre língua e linguagem:
do estruturalismo linguístico às vertentes interacionistas**

*Theoretical views on language and language:
from linguistic structuralism to interactionist strands*

Francisco Renato LIMA¹

Resumo

O propósito deste texto é apresentar reflexões sobre algumas das principais correntes teóricas que influenciam a Linguística Moderna: o estruturalismo, o funcionalismo, o formalismo e o interacionismo. Elege-se pontos fundamentais que evidenciam suas contribuições para pensar a língua e a linguagem no âmbito social. O estudo assume a abordagem qualitativa, realizado por meio de pesquisa bibliográfica, seguindo as leituras de Ilari (2011), Marcuschi (2001), Morato (2011), Oliveira (2011), Pezatti (2011), Saussure (2012 [1916]), entre outros, que ajudam a costurar o enlace teórico. A proposta evidencia que cada uma dessas abordagens precisa ser compreendida, de maneira crítica e reflexiva, pelos estudiosos da linguagem, considerando a complexidade dos fenômenos que envolvem a língua, exigindo, portanto, a necessidade de estabelecer diálogos, interfaces e articulações, a fim de responder aos desafios da pesquisa no campo linguístico e do ensino da Língua Portuguesa em diversos contextos.

Palavras-chave: Linguagem. Língua. Teorias linguísticas.

Abstract

The purpose of this text is to present reflections on some of the main theoretical currents that influence Modern Linguistics: structuralism, functionalism, formalism and interactionism. Key points are chosen that show their contributions to thinking about language and language in the social sphere. The study takes a qualitative approach, carried out through bibliographical research, following the readings of Ilari (2011), Marcuschi (2001), Morato (2011), Oliveira (2011), Pezatti (2011), Saussure (2012 [1916]), among others, that help to sew the theoretical link. The proposal shows that each of these approaches needs to be understood, in a critical and reflective way, by language scholars, considering the complexity of the phenomena that involve language, thus demanding the need to establish dialogues, interfaces and articulations, in order to respond to the challenges of research in the linguistic field and the teaching of the Portuguese language in different contexts.

Keywords: Language. Language. Linguistic theories.

¹ Doutorando em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Substituto da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).
E-mail: fcorenatolima@hotmail.com

Introdução

Traz-se, a título de justificativa da escolha do modo como este texto está estruturado, duas reflexões importantes e que subsidiarão a compreensão dos desdobramentos seguintes, nos quais busca-se apresentar algumas sucintas visões teóricas sobre língua e linguagem.

A casa da linguagem em que moramos é uma residência grande com muitos quartos. Nós não sabemos ainda quantos quartos nós temos ou exatamente de que tipos de móveis precisaremos. Até a casa estar completamente conhecida e mobiliada, **nós devemos ser tolerantes para com os planos concorrentes** para mobiliar o pequeno número de quartos nos quais passamos a maior parte de nosso tempo como moradores. (FILLMORE, 1984, s./p. grifos meus)

[...] a **dificuldade que se tem em geral para escrever dez linhas que tenham sentido comum em matéria de fatos de linguagem.** Preocupado há tempo sobretudo com a classificação lógica destes fatos... vejo cada vez mais **a imensidão de trabalho que seria necessário a fim de mostrar ao linguista o que ele faz...** e, ao mesmo tempo, quanto é vão tudo o que, afinal de contas, se pode fazer em linguística. (AGAMBEN, 2012 [1977], p. 243, grifos meus)

As duas citações, em movimentos, *a priori*, distintos, encaminham para reflexões que se aproximam. A primeira chama a atenção para o fato de que a língua, “a casa da linguagem” é tão grande que precisa de muito cabedal teórico para compreendê-la. A segunda chama a atenção para a necessidade de, diante da complexidade apontada pela primeira, “mostrar ao linguista o que ele faz”. Disso tudo, questiona-se: qual o papel do estudioso da linguagem: ficar isolado em cômodos estanques dessa grande casa ou buscar meios para saber o que “se pode fazer em linguística” para tentar mostrar a complexidade que envolve a língua e a linguagem, portanto, impossível de serem compreendidas a partir de visões isoladas e estanques?

No território, ‘arena’ ou ‘campo’ do fazer científico, utilizando-se dos termos de Bakhtin (2009, 2014) e de Bourdieu (2004, 2011), para situar o lugar do pesquisador da linguagem, uma tentativa de resposta a tal questionamento pode ser identificada na reflexão de Oliveira (2011, p. 221-222), que, a um só tempo, traz um lampejo de esperança e liga um pisca alerta para uma questão fundamental:

Enquanto cientista, o linguista deve se submeter a uma série de procedimentos éticos que garantem (no que é possível de garantir!) a possibilidade de “replicação” do experimento e, conseqüentemente, a possibilidade de refutação da teoria. Se é este o jogo, então o cientista não deve apenas buscar entender um certo fenômeno da natureza, mas buscar submeter seu trabalho ao escrutínio de seus pares e da comunidade mais ampla que sustenta seu trabalho. Nesse processo é preciso publicar, tornar de domínio público (da *polis*) sua pesquisa, contribuindo para a verificação (refutação, depuração, reparação) de sua teoria. Se as “ideias” não forem discutidas dentro da comunidade de especialistas e fora dessa comunidade [...], toda a construção do conhecimento científico está colocada em xeque. Afinal, sem um olho de Deus que garante a certeza de nosso conhecimento, só nos resta mesmo depender uns dos outros, da objetividade criada pelo trabalho coletivo. (grifo da autora)

Nesse sentido, a autora, em nota de rodapé explicativa desse mesmo raciocínio, citando Granger (1974) prossegue:

Gostaríamos de ser lidos na clave dialética, que evita polarizações entre os domínios. Pensamos um caminho como propõe Granger: qualquer trabalho humano por mais mecânico que possa ser tem estilo, a marca indelével do sujeito que o fez. “A criação estética enquanto trabalho é, deste ponto de vista, uma das tentativas humanas para superar a impossibilidade de uma apreensão teórica do individual” (GRANGER, 1974, p. 16)². (OLIVEIRA, 2011, p. 223)

A tentativa de ‘evitar polarizações’ é uma das máximas que conduz o presente texto e essa também é a maneira como pretende-se que ele seja compreendido pelos pares do campo acadêmico. Nesse sentido, a exemplo do que se precedeu em Lima (2017), arvora-se a discussão seguinte.

² Obra de Granger (1974), citada nas referências deste texto.

Um passeio por alguns estudos sobre língua e linguagem: quatro peças de um jogo de xadrez³

Ao outorgar à ciência da língua seu verdadeiro lugar no conjunto do estudo da linguagem, situamos ao mesmo tempo toda a Linguística. Todos os outros elementos da linguagem, que constituem a fala vêm, por si mesmos subordinar-se a essa primeira ciência, e é graças a tal subordinação que todas as partes da Linguística encontram seu lugar natural. (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 50)

E, como dizem El-Jaick *et al.* (2020, p. 07), sobre a Linguística e suas formas de abordagem do fenômeno da linguagem, pensando em uma(s) agenda(s) e em aspecto(s) metodológicos:

A forma como a Linguística aborda o(s) fenômeno(s) da linguagem sofre, assim como qualquer área científica que alarga seu campo de atuação com o passar do tempo, constantemente alterações e implementações, não só pelo fato de que a linguística tem a possibilidade de selecionar aspectos gerais ou específicos para a sua análise, mas também pelo dado de que, na esteira da própria disciplina Linguística, alguns métodos já não se configuram como os mais adequados para tal. Como destaca Auroux (1992, p. 12), “é preciso se render à evidência: a *linguística*, que tira seu nome de um neologismo alemão (1777) reutilizado por J.-S. Vater em 1808 e adaptado em francês em 1812 (cf. Auroux, 1978a), é uma forma de saber e de prática teórica nascida no século XIX em um contexto determinado, que possui objetos determinados” ou seja, em linhas gerais, o estudo das línguas e de seus parentescos genéticos (AUROUX, 1992, p. 12)⁴. Logo, é plausível considerar que as agendas de investigação linguística estejam relacionadas, por um lado, ao contexto em que determinadas abordagens sobre a língua e a linguagem ocorrem e, por outro, à investigação de qual é o objeto de maior interesse da comunidade linguística em um dado momento. Entram em jogo, portanto, as agendas a que os linguistas pretendem dar seguimento. Suas escolhas teóricas e metodológicas vinculam-se, dessa forma, a uma dupla articulação, isto é, a qual fenômeno abordar e de que forma. (grifo dos autores)

³ A metáfora que sustenta esse título foi traçada a partir de Saussure, que, no *Curso*, de 1916, “apresenta a linguagem como um sistema articulado, uma estrutura em que, tal como no jogo de xadrez (analogia abundantemente utilizada por Saussure), o valor de cada *peça* não é determinado por sua materialidade, ele não existe em si mesmo, mas é instituído no interior do jogo. É fácil entendermos que pouco importa se, no xadrez, as peças são de madeira, ferro, marfim ou de outro material qualquer. A possibilidade de darmos andamento ao jogo depende exclusivamente de nossa compreensão de como as *peças* se relacionam entre si, das regras que as governam, da função estabelecida para cada uma delas e em relação às demais”. (COSTA, 2013, p. 114, grifos do autor)

⁴ Obra de Auroux (1992), citada nas referências deste texto.

Estruturalismo linguístico: algumas axiomáticas saussurianas

Para ilustrar este tópico, apresenta-se dois exemplos de princípios saussurianos que embasam a compreensão sobre o fenômeno linguístico, conforme a leitura de Ilari (2011). Mas, antes, veja-se a sensata reflexão de Dillinger (1991, p. 397-398):

É importante ressaltar que, a priori, não há razão para começar com as características estruturais e a partir delas estudar o significado e o uso, assim como não há razão para adotar uma estratégia contrária. A decisão se faz com base na intuição de cada pesquisador de qual opção será mais profícua.

A primeira das diversas contribuições do mestre de Genebra, Ferdinand de Saussure, aos estudos linguísticos, aqui mencionada, é a distinção/corte entre língua e fala: a língua era vista como uma entidade social e abstrata, constituinte dos membros de determinada comunidade linguística; e a fala correspondente aos atos individuais ou episódios comunicativos historicamente realizados de uso concreto da língua. A partir dessa formulação, pode-se pensar a língua, tanto no campo do estudo quanto da pesquisa, como um sistema composto por uma diversidade de signos - o 'signo linguístico' - nos quais são possíveis explorar diversas categorias analíticas relativas à história, à cultura, à ideologia, à política, dentre outros valores sociais imbricados na língua e que revelam, sobretudo, a construção da identidade dos usuários de determinada língua. Já a fala, por essa mesma ótica e correlacionando com a primeira, corresponde às manifestações heterogêneas expressas nos diferentes modos de expressão linguística de cada falante no meio social, sendo possível, portanto, encontrar regularidades ou distinções específicas no modo como cada sujeito enuncia, revelando assim, a individualidade de realização da língua.

O segundo princípio saussuriano, aqui destacado, é o da arbitrariedade das línguas, o qual se organizou a partir de dois sentidos: o primeiro, utilizado quando as pessoas usam e quando especulam sobre a forma e a história de algumas palavras, percebendo se entre os sons e os objetos que elas denotam há alguma relação direta; e, o segundo sentido, aponta que toda língua relaciona sons e sentidos articulando-os mediante uma forma adotada, e essa, para realizar tal articulação varia de uma língua para outra. Essa afirmação trouxe grandes polêmicas, interferindo na questão da tradução dos textos, pois se assim fosse, como seria possível traduzir um texto de uma língua para outra, já que as

línguas recortam a experiência a seu modo, aplicando conjuntos diferentes de signos a uma mesma realidade.

A despeito de como esses, entre outros princípios saussurianos contribuem para o modo como é possível pensar o fenômeno linguístico, destaca-se inicialmente, que se herdou do estruturalismo a ideia de que a língua não é um objeto caótico, mas organizado, a partir de um sistema de normas e regras de funcionamento. O que Saussure propôs, à sua época e a partir de recortes específicos, constitui um norte para olhar o próprio percurso de evolução da língua, tão marcadamente acelerado na contemporaneidade. Portanto, seja no campo das práticas de estudo (ensino de linguagem) seja no campo da pesquisa linguística, suas formulações são fundamentais para analisar diferentes fenômenos de linguagem, a partir dos níveis e das regularidades de uso em cada contexto linguístico. Assim, qualquer que seja o recorte de descrição, ensino e análise da língua essas noções são valiosas, no sentido de que constituem base para determinar que concepção de língua, linguagem e fala se tem em mente.

Por fim, percebe-se o estruturalismo linguístico (e sua contribuição) como um grande ‘guarda-chuva’, que traz uma concepção e uma visão epistemológica bastante ampla, influenciando diversas áreas do conhecimento, principalmente, a Linguística, uma ciência considerada moderna. Sua influência sobre esse campo de estudo e de pesquisa é tão forte, ao ponto de se considerar que todas as abordagens são estruturalistas, na medida em que se preocupam com o funcionamento da língua e, seja para criticar/discordar ou para concordar/reforçar, qualquer empenho de trabalho consciente, crítico e reflexivo com a linguagem hoje, precisa tributar a Saussure o ‘feito’ de definir regularidades, princípios, axiomas e postulações delimitadoras de um saber científico seminal.

Funcionalismo linguístico: as noções de estatuto informacional e de gramaticalização

Dentre os temas apresentados no campo teórico do funcionalismo linguístico, apresenta-se, neste tópico, dois fenômenos fundamentais, a partir de Pezatti (2011).

O funcionalismo linguístico compreende a linguagem como um instrumento de interação social e procura explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua, analisando o contexto, as condições discursivas e as motivações para os fatos da língua, influenciando assim, também na definição da estrutura gramatical. Seu campo

teórico-conceitual aborda diversos pontos relevantes, dentre eles, destaca-se dois: o estatuto informacional, que envolve as noções de dado e de novo e o processo de gramaticalização.

O estatuto informacional, envolvendo as noções de dado e de novo, parte do princípio de que a língua funciona apenas se o falante considerar aquilo que está na mente do destinatário, ou seja, a pessoa com quem está falando. Desse nodo, o estatuto informacional pode ser usado como “sentido compartilhado”, visto que o dado diz respeito aquilo que o falante acredita que o falante sabe e aceitará como verdade; e o novo é a informação que o falante acredita que o ouvinte ainda não conhece. Desse modo, refere-se ao que os interlocutores compartilham ou, pelo menos, supõem que compartilham na interação.

Na literatura, essa noção relativa a dado e novo, aparece, às vezes, como velho e novo. Em contextos reais, a *informação velha* está no sujeito (tema) e a *informação nova* está no predicado (rema). O funcionalismo linguístico trata a questão, a partir da classificação semântica e da codificação dos *referentes* no discurso, que é determinada por fatores de ordem semântico-pragmática e se estabelece entre expressões linguísticas e representações no mundo ou no universo discursivo. A categorização dos objetos ou dos eventos não depende somente da percepção, mas também, da interpretação e do desenvolvimento cognitivo. O processo criativo da verbalização se dá no momento da enunciação.

Os referentes do discurso são classificados a partir da noção de *conhecimento compartilhado*, em que um referente é rotulado como *novo*, quando for introduzido pela primeira vez no discurso, podendo ser de dois tipos: *novíssimo*, quando é inteiramente novo, a partir da criação de uma nova entidade, por parte do ouvinte; e *não usado*, quando o ouvinte presume a entidade correspondente. Esse referente também pode ser *inferível*, quando é identificado por meio de um processo de inferência, a partir de outras informações dadas, via razões lógicas ou plausíveis. E, por último, um referente pode ser *evocado* ou *velho*, se já tiver ocorrido no texto ou se estiver disponível na situação de fala. Essa diferença pode ser determinada pelo falante e está relacionada ao conhecimento que se presume que ele tenha.

A gramaticalização tem como princípio básico o fato de que o discurso motiva as transformações que sofrem os elementos linguísticos. Logo, é um fenômeno que se associa a discursivização, pois envolve processos de regularização do uso da língua,

considerando-se os aspectos de variação e de mudança linguística, que evidenciam o aspecto não-estático da gramática, marcado por uma relativa instabilidade da estrutura linguística. Nessa perspectiva, uma gramática nunca está completa, mas em construção, fato que decorre das pressões cognitivas e de uso. Nesse processo, o discurso é o ponto de partida para a gramática, relaciona-se com as estratégias criativas utilizadas pelo falante na organização do texto. Quando um fenômeno discursivo passar a ocorrer de forma previsível e estável, sai do plano do discurso e entra na gramática, ou seja, se regulariza com o uso e com a repetição.

Esse processo, a gramaticalização, pode ser analisado sob dois planos: o *stricto sensu*: as mudanças atingem as formas que saem do léxico para a gramática; e o *lato sensu*: as mudanças se dão no interior da própria gramática, nos aspectos sintáticos e discursivos da ordem vocabular. Por exemplo, o português passa constantemente por processos de discursivização, os quais focalizam a trajetória de retorno dos elementos da gramática ao discurso. No ciclo funcional e de unidirecionalidade de novas estruturas gramaticais, dar-se por necessidades comunicativas não satisfeitas ou pela ausência de designações linguísticas para determinados conteúdos cognitivos, dessa forma, a gramaticalização é um processo diacrônico, da passagem do concreto para o abstrato.

Assim, a gramaticalização é um processo de mudança linguística unidirecional, segundo o qual, itens lexicais e construções sintáticas, em determinados contextos, passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais. E, do ponto de vista funcional, pode-se considerar que essa mudança é um fator inerente às línguas naturais, que se desenvolveram para veicular a comunicação entre os seres humanos, pois é na própria interação que essas concepções se alteram, motivando as mudanças estruturais que as línguas sofrem com o passar dos tempos e que, portanto, essa mudança funciona como mecanismo de atualização e de reorganização do sistema linguístico.

No fechamento dessa reflexão sobre o funcionalismo e anunciando a reflexão sobre o formalismo linguístico, traz-se novamente Dillinger (1991, p. 402), com uma lúcida apreciação que articula esses dois polos de estudos da língua:

Cabe ressaltar, porém, que tanto o formalismo quanto o funcionalismo padecem de males sérios para serem adotados como abordagens únicas. A [perspectiva teórica] funcionalista é adequada, detalhada ou interessante à medida em que as teorias de comunicação e de interação social em que se baseia o são. [...] A [perspectiva teórica] formalista,

pelo contrário, tem o respaldo de uma longa tradição e independe dos progressos em outras áreas. Se isto permite que suas colocações sejam mais precisas, também significa que não se sabe até que ponto serão úteis quando chegar a hora de integrar a teoria das estruturas linguísticas àquela de seu uso.

Formalismo linguístico: argumentos sobre a autonomia da sintaxe e sobre o princípio de que as línguas naturais não são lógicas

Neste tópico, destaca-se, a partir da leitura de Oliveira (2011), argumentos relativos à autonomia da sintaxe como uma das acepções de formalismo e sobre o princípio de que as línguas naturais não são lógicas.

Um primeiro argumento acerca da autonomia da sintaxe está relacionado ao fato de que, segundo uma visão gerativista, as formas sintáticas possuem uma natureza de organização e de funcionamento que não depende da maneira como tais formas estão vinculadas ao uso da linguagem. Desse modo, a ‘arquitetura da linguagem humana’, nos termos da Sintaxe Gerativa, é autônoma e, portanto, não é afetada por outros níveis de organização da língua, como o semântico, o pragmático e discursivo, gerando, por si só, “sentenças bem formadas” (OLIVEIRA, 2011, p. 225).

Um segundo argumento está relacionado a organização mental do falante, a qual é estruturada a partir de uma gramática autônoma, conseqüente de uma organização sintática da linguagem. Assim, a comunicação é decorrente do fato de que a linguagem organiza o pensamento, de maneira estruturada e autônoma, pois é a organização dos enunciados que permite a comunicação humana.

Um terceiro argumento é a manifestação de criatividade na fala, que, segundo a visão de Chomsky, está relacionada à capacidade inata que as pessoas possuem de produzir e interpretar sentenças absolutamente novas. Do ponto de vista sintático, não existe limites para o número de frases (sentenças) que o falante de uma língua pode produzir e compreender. Essa, portanto, é uma operação que permite garantir uma relativa autonomia da sintaxe, do ponto de vista do formalismo e do gerativismo. Assim, por esse prisma, defender uma autonomia da sintaxe é, de certa maneira, também defender a autonomia do sistema.

Quanto a questão do princípio de que as línguas naturais não são lógicas, parte-se da compreensão de que, um sistema lógico não possui muitas das propriedades presentes

nas línguas naturais. Seus processos de organização, inclusive, não são mecânicos, logo, impossíveis de serem replicados em um sistema computacional. Segundo Oliveira (2011, p. 232), “há uma indeterminação essencial nas línguas naturais que não pode ser apreendida pela metodologia naturalista precisamente porque a linguagem está envolta no livre-arbítrio”. Dessa maneira, muitas propriedades e fenômenos de uso das línguas naturais são de natureza subjetiva, de caráter singular e situados historicamente.

A exemplo disso, tem-se a indeterminação e a referencialidade. No primeiro caso, um mesmo sistema lógico pode ser utilizado para falar sobre diversos universos discursivos, embora não tenha efeito sobre o próprio sistema lógico, como, por exemplo, a palavra ‘campo’, na Física e na Agricultura; a palavra ‘sentença’, utilizada nos componentes curriculares escolares: Língua Portuguesa e Matemática, bem como na área do Direito. Em cada universo discursivo, elas assumem domínios semânticos específicos. No segundo caso, a referencialidade, também não se aplica a um cálculo formal, pois o fenômeno está relacionado a interação, ao modo como as pessoas relacionam, de maneira criativa, a linguagem e o mundo. E assim, uma mesma sentença, a depender da criatividade humana, pode ser interpretada a partir de uma infinidade de situações de uso da língua. Fato que não ocorre nos sistemas lógicos, em que essa relação acontece de modo mecânico e sem criatividade.

Nesse arrazoado de explicações, uma conclusão procedente acerca do princípio de que as línguas naturais não são lógicas, é considerar as implicações semânticas que o próprio processo natural de mudança e de variação das línguas sofre com o tempo. A exemplo disso, tem-se hoje, a questão do uso do gênero neutro no Português Brasileiro (PB), aspecto que tem provocado controvérsias e polêmicas no campo social, em virtude de isso alterar aquilo que está ‘dado’ na estrutura da língua, gerando, portanto, uma rejeição sociocognitiva.

O conceito de interação e suas correlações com a língua: o interacionismo linguístico

Neste tópico, enumera-se alguns aspectos, situados por Morato (2011), acerca do conceito de interação e, sobretudo, movendo a discussão para o que se vem chamando de interacionismo linguístico. Mas, veja-se, antes, a noção de língua e de interação, em Marcuschi (2001):

[...] concebo a língua muito mais pela metáfora da “**lâmpada**” que do “**espelho**”, pois ela não é uma representação especular do mundo e sim uma apresentação; a língua não é um **retrato** e sim um **trato** do mundo, isto é, uma forma de agir sobre ele. Mais do que **capital**, a língua é uma **moeda**, servindo para trocas; mais o que um **almojarifado** de mercadorias disponíveis (num estoque de itens lexicais) a língua é uma **carpintaria** (uma espécie de heurística). A língua não é uma dupla de **trilhos** a ligar dois pólos – o mundo e a mente –, mas um conjunto de **trilhas** que decidimos seguir mesmo que dê em aporias. Com isto perguntamos muito mais pelos processos de construção de sentido na interlocução e muito menos pelos sentidos eventualmente construídos nessa interlocução. (MARCUSCHI, 2001, p. 72, grifos do autor)

[...] proponho que se veja a interação como ponto de convergências para a construção de referentes ou de sentidos, mas não a fonte do sentido. É claro que existem bastidores interessantes nessa “arena” interativa, tal como a história, a cultura, a sociedade, as crenças e assim por diante, que se sobrepõem aos indivíduos em carne e osso. (MARCUSCHI, 2001, p. 73)

O primeiro aspecto é que a interação abarca diferentes domínios ou subáreas da Linguística, a exemplo da Análise do Discurso, a Análise da Conversação, a Etnolinguística, a Linguística Cognitiva, a Psicolinguística, a Pragmática, a Semântica Enunciativa, a Sociolinguística, a Linguística Textual, entre outras. Essas abordagens podem ser reunidas sob o escopo de uma ‘linguística da enunciação’, mesmo consideradas as convergências e as divergências teórico-conceituais e aplicadas de cada uma delas, todas convergem, grosso modo, com a necessidade de romper com o estudo, a pesquisa e o ensino da língua como um sistema autônomo e estrutural. Para tanto, partem do pressuposto de que os sujeitos não prescindem da língua, mas constituem-se nela e por meio dela, imprimindo as marcas de subjetividade e de interação dialógica que o singularizam nas interações produzidas em situações de linguagem.

Assim, impera a necessidade de uma abordagem interacional, que considere o contexto, a situação comunicativa, as condições heterogêneas de constituição e de funcionamento dos fenômenos da linguagem. Nessa perspectiva, a interação aparece como um *locus* privilegiado, logo, o interacionismo ganha um lugar muito vasto no campo dos estudos linguísticos e, ao mesmo tempo, de disputas, pois há inúmeras reivindicações de trabalhos e autores, que, sabendo ou não o que entendem por interação, têm, de alguma forma, ajudado a postular uma “Linguística Interacional”.

O segundo aspecto diz respeito a certa vagueza e imprecisão como o termo interação aparece no debate das diferentes áreas (na Linguística, inclusive), constituindo um certo “esvaziamento semântico”, daí, a flutuação de termos, como:

sociointeracionismo, interacionismo sócio-histórico, interacionismo construtivista, interacionismo discursivo, interacionismo simbólico etc. Cada um desses termos, advém de influências teóricas diversas, como: Jean Piaget, Lev Vygostsky, Mikhail Bakhtin, George Mead, Erving Goffman, Harold Garfinkel, Jean-Paul Bronckart, entre outros. Com isso, percebe-se que o tema da interação constitui objeto de interesse em diferentes áreas, como: a Psicologia (social e cognitiva), a Biologia, a Etnografia da Comunicação, a Sociologia, a Etnometodologia etc. Esse fato evidencia que a interação é um fenômeno de natureza social e bastante complexo, exigindo diferentes olhares para examiná-lo.

Assim, uma lição para o pesquisador da área de Linguística, sobretudo, que se arvora por essa área dos estudos do ‘interacionismo no campo linguístico’, como diz Morato (2011), é que ele deve primar pelo conhecimento minucioso da contribuição de cada uma dessas áreas ao estudo da interação, buscando, do ponto de vista epistemológico, pontos de aproximações, distinções e sutilezas que lhe garantam um exame rigoroso do que cada autor e do que cada área podem contribuir para a compreensão do fenômeno da interação na linguagem.

O terceiro aspecto, segundo Morato (2011), é a grande contribuição que linguistas brasileiros, a exemplo de Ingedore Villaça Koch, Luiz Antônio Marcuschi, Margarida Salomão, Edwiges Maria Morato, entre outros têm dado para a construção de uma abordagem interacionista de base sociocognitivista, a partir de processos conversacionais, discursivos e textuais. Esses nomes têm ajudado a formar uma legião de pesquisadores pelo país, consolidando a identidade de uma Linguística extremamente preocupada com as questões que envolvem a interação e a cognição. Nesse ponto, são caudatárias dessa contribuição, noções bastante produtivas, como: estratégias de processamento textual, cognição social, textos como formas de cognição social, ação, sujeito, entre outros, que reivindicam o estatuto de que a interação é um lugar e um modo de funcionamento da linguagem, que não está apenas ligada à ação ou ao outro, mas ela é a própria ação.

E há ainda, segundo Morato (2011), um quarto aspecto, não menos importante, que merece destaque, a saber: as contribuições de dois pesquisadores brasileiros: Carlos Franchi (1977) e Cláudia de Lemos (1981, 1982, 1986, 1990, 1992, 1999, 2001)⁵. O primeiro com sua seminal discussão teórico-filosófica sobre a língua como atividade constitutiva, contribuindo de maneira bastante elucidativa para a relação entre língua,

⁵ Por uma questão de reconhecimento às contribuições desses autores, as obras citadas por Morato (2011), constam na lista de referências deste texto.

linguagem e comunicação, numa perspectiva que acolhe o fenômeno da interação. A segunda com os estudos sobre aquisição da linguagem, ancorada nas contribuições de Vygotsky e Bakhtin, reflete sobre as interações da criança com o mundo físico e o mundo social, analisando as mudanças observadas em sua fala, a partir de quando ela se aproxima do adulto, o ‘outro’, portanto. Esses dois autores são fundamentais para o arranjo conceitual explorado no campo dos estudos da interação, e, portanto, impactaram significativamente os conhecimentos sobre tal conceito no campo linguístico.

Conclusão

As reflexões aqui apresentadas intentaram apenas contribuir para uma visão mais pormenorizada sobre alguns aspectos das quatro correntes linguísticas citadas: o estruturalismo, o funcionalismo, o formalismo e o interacionismo. Tem-se ciência de que, em hipótese alguma, seria possível dar conta da dimensão e da complexidade de cada uma delas, por isso, o cuidado de recortar, a cada tópico, os aspectos escolhidos para reflexão. Esse caminho possibilitou, por meio do diálogo com alguns autores, em certa medida, traçar possíveis paralelos entre as visões específicas de cada abordagem.

Nesse entremeio, um compromisso fundamental para o qual chama-se a atenção do estudioso da linguagem é a adoção de uma visão relativista e com discernimento crítico sobre tais correntes, buscando extrair de cada uma delas, *modus operandi*, quando possível, para analisar os diferentes fenômenos da linguagem que compõem o rico painel da língua.

Por fim, ciente da impossibilidade de exaurir o tema, pretende-se que tais reflexões possibilitem uma revisão – sempre necessária dos conceitos evocados – e que, nesse processo, seja amadurecido o modo como olha para a língua e a linguagem, seja em situações de pesquisa, seja no âmbito do ensino, possibilitando assim, um aparelhamento teórico-conceitual que sustente, com mais propriedade, os fenômenos que lastreiam o universo das práticas de linguagem, fundadas nos usos e nas experiências heterogêneas de cada falante.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Estâncias**: a palavra e o fantasma na cultura ocidental. Trad. Selvino J. Assman. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012. [1977].

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHINOV, Valentin Nikolaevich). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. O discurso no romance. *In*: BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Estética e de Literatura: a teoria do romance**. Trad. Aurora F. Bernardini *et al.* 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2014. p. 71-212.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 11. ed. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 2011.

DE LEMOS, Cláudia Thereza Guimarães. Universais linguísticos ou língua original? **Cadernos PUC**, São Paulo, v. 9, p. 15-41, 1981.

DE LEMOS, Cláudia Thereza Guimarães. Sobre aquisição de linguagem e seu dilema (pecado) original. **Boletim da ABRALIN**, Curitiba, v. 3, p. 97-136, 1982.

DE LEMOS, Cláudia Thereza Guimarães. Interacionismo e aquisição de linguagem. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 231-248, 1986.

DE LEMOS, Cláudia Thereza Guimarães. A função e o destino da palavra alheia: três momentos da reflexão de Bakhtin. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, V., 1990. Recife. **Anais...** Recife: ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística), 1990, p. 39-47.

DE LEMOS, Cláudia Thereza Guimarães. Los procesos metafóricos y metonímicos como mecanismos de cambio. **Substratum**, Barcelona, v. 1, n. 1, p. 121-135, 1992.

DE LEMOS, Cláudia Thereza Guimarães. Sobre o “interacionismo”. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 34, n. 3, p. 11-16, 1999.

DE LEMOS, Cláudia Thereza Guimarães. Sobre o estatuto linguístico e discursivo da narrativa na fala da criança. **Linguística**, São Paulo, v. 13, p. 23-60, 2001.

DILLINGER, Mike. Forma e função na linguística. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 395-407, 1991.

COSTA, Marcos Antonio. Estruturalismo. *In*: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). **Manual de Linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 113-126.

EL-JAICK, Ana Paula *et al.* A Linguística e suas formas de abordagem do fenômeno da linguagem: agenda(s) e aspecto(s) metodológicos. **Revista Gatilho**, Juiz de Fora, v. 19, n. 02, p. 06-17, 2020.

FRANCHI, Carlos. Linguagem: atividade constitutiva. **Almanaque**, São Paulo, v. 5, p. 09-27, 1977.

FILLMORE, Charles J. Some thoughts on the boundaries and components of linguistics. *In*: BEVER, Thomas G.; CARROLL, John M.; MILLER, Lance A. (Orgs.). **Talking minds: the study of the cognitive sciences**. Cambridge: MIT Press, 1984.

GRANGER, Gilles-Gaston. **Filosofia do estilo**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

ILARI, Rodolfo. O estruturalismo linguístico: alguns caminhos. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras** vol. 3. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 53-92.

LIMA, Francisco Renato. Uma reunião teórica entre língua, linguagem e Linguística: entrelaçando olhares para a formação do professor e o ensino de Língua Portuguesa. **Miguilim: Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 6, n. 3, p. 91-112, set.-dez., 2017.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Atos de referenciação na interação face a face. **Boletim da ABRALIN**, Fortaleza, v. 26, nº Especial - I, p. 71-77, 2001.

MORATO, Edwiges Maria. O interacionismo no campo linguístico. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras** vol. 3. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 311-351.

OLIVEIRA, Roberta Pires. Formalismos na Linguística: uma reflexão crítica. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras** vol. 3. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 219-251.

PEZATTI, Erotilde Goreti. O funcionalismo em Linguística. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras** vol. 3. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 165-217.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012. [1916].